

O povo e seu território: uma discussão sobre a teoria de Friedrich Ratzel

Iapony Rodrigues Galvão¹

Kellia de Oliveira Bezerril²

Resumo

O presente artigo busca compreender a relação entre povo e território através de citações textuais do geógrafo alemão Friedrich Ratzel. Para isto, contextualiza-se historicamente a produção de Ratzel e, depois, das matrizes interpretativas de seu pensamento fundadas particularmente na Escola Francesa de Geografia, que representaram interpretações simplificadas e empobrecedoras da rica produção ratzeliana.

Palavras-chave: Ratzel; Território; Povo.

Introdução

O território é considerado um dos conceitos basilares da ciência geográfica. Embora possua diversas visões e delimitações conforme o arcabouço teórico, este conceito tornou-se fundamental para a consolidação da Geografia e, principalmente, a fixação de seu objeto de análise.

Embora esquecido, o conceito de território aparece nas reflexões e obras do pioneiro da ciência geográfica Friedrich Ratzel. O esforço de sistematização da Geografia como um campo científico autônomo empreendido pelo geopolítico alemão apresentava o território em sua interface com o povo. Sua proposição de um ramo da geografia especificamente dedicado ao estudo do homem na sua interação com a natureza, foi importante para a consolidação da Geografia como uma “Ciência do Homem”. Além disso, não se pode esquecer sua relevância para a formação da “Geografia Política”, justamente o título de um dos seus mais relevantes trabalhos, publicado em 1897.

Nas passagens textuais selecionadas relacionadas ao território, percebe-se a vivacidade e a dinâmica de suas proposições teóricas, que sofreram e sofrem consideráveis deturpações nas releituras posteriores (isto quando seus críticos ao menos consultam os originais em alemão ou suas primeiras traduções ao francês).

1 Mestre em Geografia e docente do Dep. de Geografia – CERES/UFRN. Contato: iapony@ufrnet.br

2 Graduanda em Geografia/UFRN. Contato: kellia_bezerril@hotmail.com

Independentemente das críticas posteriores, os estudos ratzelianos geraram um enorme legado para a ciência geográfica - que não deveria ser desconsiderado mesmo por aqueles que o combatem fortemente -, o que esperamos demonstrar neste trabalho a partir do conceito de território.

Ratzel: algumas considerações preliminares

Ratzel “não é o único caso, de fértil e importante pensador, a ter “consagrados” seus defeitos mais que suas virtudes” (CARVALHO, 1997, p. 1). Todavia, a fim de realizar uma melhor análise, torna-se necessário compreender os motivos que geram as críticas ao autor alemão.

Inicialmente, torna-se necessário destacar que é comumente associado aos estudos de Ratzel a busca de legitimação do estado alemão, pois ambos datam do final do século XIX. E assim, as críticas se auto eximem de debater em profundidade os conceitos e estudos de caso estudados pelo autor geopolítico, como se sofressem do “pecado original” da germanidade.

Mas a vinculação das ideias de determinado autor com seu período histórico também pode ser extrapolada para questionar seus detratores. Afinal, as rivalidades e conflitos existentes entre franceses e alemães é mesmo anterior ao advento do pensamento ratzeliano, remontando ao fracasso da invasão napoleônica dos territórios germânicos e se radicalizando com a invasão nazista da França já no século XX. Neste contexto de disputas entre os dois povos, que envolveu ainda a disputa por colônias de além-mar e a Primeira Guerra Mundial, a Escola Francesa de Geografia pode não ter sido tão isenta em sua análise do pensamento ratzeliano (ALBUQUERQUE, 2011). Essa suposição é perfeitamente válida se considerarmos também como válido o senso comum no meio geográfico de que Ratzel era um intelectual orgânico do nascente Estado Alemão e seu projeto de expansionismo territorial.

As investidas militares alemãs marcaram profundamente os geógrafos franceses que, se por um lado haviam defendido a implementação das disciplinas e cátedras de geografia nas escolas e universidades francesas, por outro lado trataram de desconstruir o pensamento geopolítico ratzeliano, senão prontamente refutá-lo por conta de seu “mal de origem”. Assim, a intelectualidade geográfica francesa (e também anglo-americana) encontra no “pensamento” de Ratzel a “perfeita justificativa” para demonstração do “horror” provocado pela Alemanha ao mundo, especialmente com os nazistas na Segunda Guerra Mundial (CARVALHO, 1997).

Assim, a Geografia Francesa consagraria no século XX os princípios do Possibilismo de Vidal de La Blache, tendo o auge em Lucien Febvre, o qual ampliou a aplicação do pensamento lablachiano, mergulhando o pensamento de Ratzel no esquecimento ou, quando lembrado, automaticamente associado à condição de "determinista".

Esta simplificação tornou difícil a absorção das ideias ratzelianas, especialmente ligadas à geopolítica, e em desuso as suas obras. A "renovação" vivenciada pela Geografia nos anos 1970, novamente capitaneada por estudiosos franceses, consolidaria esse "ostracismo" de Ratzel, identificando no conceito de "Espaço Vital" seu utilitarismo ao regime nazista alemão.

O pensamento geográfico brasileiro foi influenciado desde a fundação do primeiro curso de Geografia, em 1934, por intelectuais franceses, e assumiu automaticamente as críticas que apontavam Ratzel como determinista. Mas tarde, a corrente crítica aqui também se disseminou rapidamente, e pesquisadores renomados como Antonio Carlos Robert Moraes pouco fizeram para derrubar o mito de Friedrich Ratzel como determinista ambiental, pois supostamente o discurso do geopolítico alemão era simplificador da compreensão espacial e voltado à consolidação do "imperialismo alemão" (MORAES, 1996, p.67-74).

Mais recentemente, alguns estudos em nosso país começam a questionar as severas críticas realizadas à Friedrich Ratzel, tendo destaques o artigo de Marcos B. de Carvalho, intitulado "Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação", de 1997; baseado em sua tese de doutorado de 1998; o artigo de Rosmari Cazarotto, intitulado "Leituras de Friedrich Ratzel na produção Geográfica brasileira contemporânea", de 2006; e o pequeno manual "Uma breve história da Geopolítica", de Edu Silvestre de Albuquerque, de 2011.

Estes estudos buscam revisar mais atentamente a obra ratzeliana, percebendo sua contribuição a diversos temas e conceitos da geografia, inclusive destacando sua notável semelhança com debates realizados atualmente dentro e fora do meio acadêmico. E um dos destaques destas revisões teóricas está na concepção de território usada pelo autor germânico.

As discussões de Ratzel sobre o povo e seu território

As concepções ratzelianas possuem ligações evidentes com a atualidade, e uma delas está justamente na relevância do território para a existência do Estado moderno e a

permanência de sua centralidade para a competição intercapitalista e solução das crises econômicas sistêmicas.

Num momento em que o Estado é considerado pela ideologia neoliberal como enfraquecido e combatido mesmo por correntes críticas à esquerda, reemerge a importância dos estudos de F. Ratzel referentes ao território, considerado pelo autor como necessário a existência do estado: “Não é possível conceber um estado sem território e sem fronteiras. Uma teoria do estado que fizesse abstração do território não poderia jamais ter qualquer fundamento seguro” (*apud* MORAES, 1990, p. 73).

Dizia ainda taxativamente o teórico geopolítico alemão:

É fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o estado mais simples sem o seu território, assim, também a sociedade mais simples só poderá ser concebida junto com o território que lhe pertence. (*apud* MORAES, 1990, p. 73).

Aprofundando as discussões ratzelianas, outro ponto relevante nesta discussão sobre território, e que resulta em muitas críticas ao autor, reside na questão da ligação do povo com o solo, por meio do combatido conceito de “espaço vital”.

O espaço vital era, para Ratzel, aquela fração de território necessária para o desenvolvimento social e econômico de um povo. Torna-se necessário evidenciar que a difusão técnica vivenciada na atualidade, permite ao homem controlar facilmente os recursos a serem utilizados, vinculando a sociedade mais diretamente (e não menos) aos recursos naturais.

Nas severas críticas de que suas ideias sobre a ligação entre o povo e o solo são deterministas, oculta-se que Ratzel não afirma que o solo se impõe ao povo, pois “o solo se impõe mais na história do estado que na da sociedade; isto deriva da maior amplitude das porções de território sobre o qual a propriedade daquele se exerce” (*apud* MORAES, 1990, p. 73). Para F. Ratzel,

Ao examinar o homem (...) é sempre necessário considerar, junto com o indivíduo ou com o grupo em questão, também uma porção de território. (...) Sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do estado. Um povo em processo de decadência verifica-se que esta não poderá absolutamente ser compreendida, nem mesmo no seu início, se não levar em conta o território. Um povo decai quando sofre perdas territoriais. E isso é, sem dúvida, o princípio de sua decadência futura. (*apud* MORAES, 1990, p. 74).

O Estado vai garantir a cada povo que possa extrair de seus respectivos territórios as condições concretas para seu desenvolvimento. A alimentação, a vestimenta, a energia e a moradia são necessidades essenciais do ser humano em qualquer época de sua história, como destaca Ratzel:

(...)a alimentação representa a necessidade mais imperiosa tanto para o indivíduo como para a sociedade, pois as obrigações que impõe tanto a essa quanto àquele precedem a todas as outras. Quanto maior é a segurança com que a agricultura provém às necessidades de alimentação, tanto mais se torna possível ao povo fixar-se sobre um território. (*apud* MORAES, 1990, p. 75).

A necessidade de recursos naturais se amplia com o desenvolvimento social e econômico, e nunca foram tão geradoras de conflitos como na atualidade, onde cada vez mais, a escassez de recursos alimentícios, energéticos e hídricos se produz em diversas partes do globo, pois que, orientados pela lógica mercadológica, vão para aqueles países cujas sociedades podem pagar mais.

As discussões de Ratzel sobre o Estado

Outro ponto da teoria ratzeliana que também sofre críticas enfáticas diz respeito à relação do Estado com a proteção do território. Os autores críticos afirmam que as ideias ratzelianas servem para reforçar a hegemonia absoluta do Estado sobre o território. Mas para Ratzel:

(...)A sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter, sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando essa sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em estado. (*apud* MORAES, 1990, p. 76).

A proteção do território é atribuição primordial do Estado, especialmente contra violações externas e distúrbios internos (o monopólio da violência física legitimada como diria Max Weber mais tarde).

O autor alemão ainda constrói uma relação enfatizando o conseqüente incremento natural da população a partir do crescimento territorial:

Quando o crescimento territorial do estado se detém, o incremento natural da população sobre o mesmo território deve produzir um adensamento, desde que não se oponham a ele forças políticas e sociais particulares.

(*apud* MORAES, 1990, p. 77).

Ao relacionar crescimento demográfico e econômico com crescimento do território, Ratzel vai buscar analogias nas teorias científicas de sua época, caso do do evolucionismo darwinista, cujos termos foram amplamente utilizados pelo autor. Contudo, suas explicações teóricas sobre a “evolução social” demonstram que as ações da sociedade sempre foram centrais para manutenção e possível expansão territorial, daí sua antropogeografia.

Se a expansão territorial existe e produz mesmo conflitos na atualidade, isto não se deve à descoberta “das leis ratzelianas que vinculam povo – Estado – território”, mas ao simples fato de que os conflitos sempre estiveram na ordem do dia e, portanto, trata-se de entender sua natureza também teoricamente. Dizia Ratzel que, na história:

Quando a população atinge densidade considerável o território consegue prover apenas às necessidades de uma pequena parte desta (...)a maior parte deve recorrer, para obter o alimento ou vestuário, a territórios estrangeiros, (...)situados a grandes distâncias. E parte da população que não encontra no local tudo aquilo de que necessita ocorre naturalmente estabelecer comunicações com outros territórios. (*apud* MORAES, 1990, p. 79).

O fragmento textual anterior evidencia essa necessidade de ampliar territórios para garantir a sobrevivência de um grupo social. Muitos autores afirmam que Ratzel utilizou tais preceitos para justificar o expansionismo alemão, contudo, o “expansionismo territorial” em Ratzel aparece também na forma de ampliação de mercados e de influência cultural, elementos de resto tão intensamente estudados pelos geógrafos críticos sob o conceito leninista de imperialismo (ALBUQUERQUE, 2011).

Considerando exatamente essa complexidade dos fenômenos sociais, Ratzel insistia no caráter metodológico da unidade territorial:

Diante de tanta incerteza não é muito melhor ficar no estudo de um elemento real, que é o território, que está sob os nossos pés? Sobre esse território vemos claramente repetir-se o desenvolvimento das formas sociais e políticas, que tendem a ocupar espaços cada vez maiores. (*apud* MORAES, 1990, p. 80).

Também não se pode deixar de considerar a política como outro fator determinante para entender as dinâmicas territoriais, afinal a política mais o território nos dá a

geopolítica. É importante frisar que este pensamento também é largamente usado em muitas teorias que buscam compreender as dinâmicas territoriais atuais, caso da análise do sistema-mundo de I. Wallerstein (ALBUQUERQUE, 2011). Dizia Ratzel:

A exata valorização do elemento humano na história não pode ser obtida se não mediante o estudo das condições em meio às quais o homem realiza sua obra política. Esta história nos ensina que o valor do solo é a base mais real da atividade política do homem; E a ciência política verdadeiramente positiva sempre tem um importante conteúdo geográfico. (*apud* MORAES, 1990, p. 80-81).

Discutindo mais sobre o progresso e suas relações com o território, reflete que a “aquisição de novas terras exerce sobre o povo uma influência emancipatória, impelido-a a um novo território e o incitando à concepções mais amplas” (*apud* MORAES, 1990, p. 81). Diz ainda que:

É ele (o solo) que, duramente sem nenhum critério de escolha, determina a cada povo o seu destino. (...)Cada povo é obrigado a permanecer no solo em que foi destinado, a viver e acomodar-se nele. (...)Do solo se alimenta o egoísmo da conduta política dos povos, obrigados a agir conforme impõe as condições em seu território (...)eles se utilizam de todos os meios para gozar somente suas vantagens, mesmo quando a afinidade de origem e de civilizar possa aconselhar o contrário (*apud* MORAES, 1990, p. 81).

Com a globalização econômica, as relações entre povo e território não são abaladas, mas apenas repostas por fenômenos de mobilidade como fluxos financeiros e migratórios; o que permite leituras complementares entre a geografia crítica e a geopolítica clássica.

Considerações finais

A discussão realizada acerca das relações entre povo e território na teoria ratzeliana demonstrou sua importância para o entendimento da natureza do espaço geográfico na atualidade. A Geografia Crítica que ampliou as críticas ao “determinismo ratzeliano” e o “projeto imperialista” dos Estados, mas paradoxalmente centra seu discurso anti-imperialista exatamente nas relações territoriais (ALBUQUERQUE, 2011).

Suas concepções de território, carregadas, para muitos, de uma ligação aprofundada com o naturalismo e o determinismo, em verdade refletem a relevância do

território como importante conceito-chave da ciência geográfica. Fugindo ao caráter descritivo dos estudos regionais franceses posteriores, Ratzel buscou teorizar o espaço geográfico enquanto categoria política. O conceito ratzeliano de território resulta exatamente na compreensão de seus múltiplos usos e intencionalidades dos usos, algo apenas recentemente discutido mais sistematicamente e regularmente pela corrente crítica da Geografia.

Também deve ser apontada a busca de um método coerente para os estudos geográficos, assentado numa geografia do homem:

A geografia do homem é principalmente uma ciência descritiva. (...)esta não realiza um trabalho de investigação profunda. (...)O trabalho de descrição não basta para completar a obra de uma ciência, este é necessário, porém para prepara suas conclusões. (apud MORAES, 1990, p. 94).

Os fragmentos textuais reproduzidos de Ratzel ao longo deste texto. Demonstram a riqueza e complexidade do pensamento do autor para os campos da Geografia Política e da Geopolítica, que pode bem ser sintetizada na afirmação de que “As fronteiras (...)são instrumentos vivos no desenvolvimento dos fenômenos máximos cujo teatro é a Terra” (apud MORAES, 1990, p. 95). Como geógrafo convicto, os limites espaciais dos fenômenos sociais observados determinavam a cientificidade da ciência geográfica.

Que a geografia não é uma ciência neutra todos sabemos. E foi exatamente depois de sua morte, que a obra ratzeliana passou a ser crescentemente obscurecida e deturpada, conforme a ideologia de seus detratores. Contudo, as novas gerações de geógrafos não devem ser levadas a um “pensamento único”, parafraseando Milton Santos, mas sim buscar compreender o mundo em que vivemos e a própria geografia a partir de seus elementos políticos e territoriais.

Referências

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Uma breve história da Geopolítica**. (Coleção perspectivas do mundo contemporâneo). Rio de Janeiro: Cenegri, 2011.

CAMARGO, MARCOS. Ratzel: Releituras Contemporâneas. Uma reabilitação?. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales**, N° 25, Universidade de Barcelona, 1997.

_____. **Da Antropogeografia do Final do Século XIX aos Desafios Transdisciplinares**

do Final do Século XX: O Debate Sobre as Abordagens Integradas da Natureza e da Cultura nas Ciências Sociais. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais - PUC/SP. São Paulo, 1998.

CAZAROTTO, Rosmari Terezinha. Leituras de Friedrich Ratzel na produção geográfica brasileira contemporânea. **Boletim Gaúcho de Geografia**, N° 30, Porto Alegre, 2006.

MARTINS, Luciana Lima. A natureza da paisagem em Friedrich Ratzel. **V Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Curitiba: AGB, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

Recebido em Abril de 2012.

Publicado em Julho de 2012.